

TERMO DE CONVÊNIO Nº 92/2008-SMS.G

| | | |
|-----------------------------|---|--|
| CONVENENTE | : | PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE |
| CONVENIADA | : | ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA |
| OBJETO DO CONVÊNIO | : | Implantação do programa terapêutico na modalidade de residências terapêuticas – SRT , conforme Plano de Trabalho |
| DOTAÇÕES | : | 1810.10.302.0322.4.103.33.90.39.00 1810.10.302.0322.4.103.44.50.52.00 1810.10.302.0323.3.101.44.50.51.00 83298 – no valor de R\$1.058.472,36. |
| NOTAS DE EMPENHO Nºs | : | 83302 – no valor de R\$200.000,00. 83305 – no valor de R\$100.000,00. |

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO - SMS**, com sede na Rua General Jardim, 36, 9º andar, inscrita no CNPJ sob o nº 46.392.148/0001-10, neste ato representada pelo **Dr. AILTON DE LIMA RIBEIRO**, Secretario Adjunto, doravante designada simplesmente por **CONVENENTE**, e a **ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA**, CNPJ nº 68.311.216/0001-01, com sede na Praça Marechal Cordeiro de Farias, 45/65 – Higienópolis – São Paulo – SP, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **Sr. DAVI RUMEL**, portador da cédula de identidade RG nº 3.933.562, e inscrito no CNPF sob o nº 947.481.018-49, adiante designada como **CONVENIADA**, com base nos artigos 116 e seguintes da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada pela Lei Federal nº 8.883, de 08 de junho de 1999 e demais disposições aplicáveis à espécie, e

CONSIDERANDO a necessidade de implementar os programas terapêuticos na modalidade de residências terapêuticas, destinadas a pacientes psiquiátricos com longa permanência hospitalar, conforme o disposto na Portaria GM/MS nº 106, de 11 de fevereiro de 2000,

H. Rumel

[Signature]

Processo Administrativo nº 2008-0.281.699-8

CONSIDERANDO as orientações técnicas definidas na Organização Mundial de Saúde para o cuidado extra-hospitalar dos pacientes institucionais;

CONSIDERANDO a existência de pacientes em internação hospitalar, para os quais o cuidado psicossocial extra-hospitalar é o tratamento mais adequado;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar e controlar a assistência prestada aos pacientes nas residências terapêuticas

CONSIDERANDO ser de interesse público a ação conjunta dos partícipes, visando a ampliação da oferta de serviços, integral e integração Sistema Municipal de Saúde à população da região;

CONSIDERANDO ser a CONVENIADA, instituição de reconhecida experiência de gestão administrativa na área de saúde, com experiência na assistência médica individual e coletiva, experiência na área de ensino e pesquisa, formando e capacitando profissionais, excelência na prestação de serviços à comunidade e na resolutividade dos problemas de saúde reconhecida pela população.

Resolvem celebrar o presente convênio para desenvolver ação conjunta; conforme cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO

O objetivo das partícipes é a conjugação de esforços visando o contínuo desenvolvimento e progressivo aprimoramento de residências terapêuticas, destinadas à pacientes psiquiátricos com longa permanência hospitalar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto do presente convênio é a implantação do programa terapêutico na modalidade de residências terapêuticas, onde deverão atender as necessidades de moradia e colaborar na inserção social e familiar, o exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários de cada morador.

§1º - A ação das partícipes deverão pautar-se pelas previsões constantes do Anexo I deste instrumento, que dele é parte integrante como Plano de Trabalho.



Processo Administrativo nº 2008-0.281.699-8

§2º - Na execução das ações objeto deste Convênio, a **CONVENIADA** compromete-se a cumprir as diretrizes e metas estabelecidas pelas instâncias gestoras do Sistema Único de Saúde do Município de São Paulo.

§4º - Sem prejuízo de a **CONVENENTE** acompanhar e fiscalizar a execução deste Convênio segundo as diretrizes por ela própria fixadas, compromete-se a dar o apoio financeiro e administrativo necessários ao bom desempenho dessa Unidade.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEFINIÇÕES

Para execução do objeto deste convênio os custos e recursos financeiros a serem repassados pela **CONVENENTE** à **CONVENIADA** estão estimados no Plano de Trabalho que é parte integrante do presente.

§1º - Os recursos transferidos pela **CONVENENTE** à **CONVENIADA** serão mantidos por esta em conta especialmente aberta para a execução do presente convênio e os respectivos saldos serão obrigatoriamente aplicados, conforme previsto no art. 116, §4º, da Lei Federal nº 8666 de 1993.


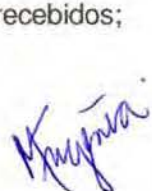
§2º - Os valores referentes ao exercício seguinte deverão ser discriminados em Plano de Trabalho a ser apresentado pela **CONVENIADA** até o final do exercício anterior e os seus repasses estão condicionados à prévia autorização de SMS para o seu empenhamento, celebrando-se Termo Aditivo.

§3º - A **CONVENIADA** deverá zelar pelo equilíbrio financeiro entre receita e despesa, de modo a evitar déficit orçamentário ou financeiro.

CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para a execução orçamentária do presente convênio e para a sua respectiva prestação de contas, será seguido o seguinte procedimento;

- I. O acompanhamento orçamentário/financeiro será efetivado por meio da entrega mensal de Relatórios de Prestação de Contas e Demonstrativo Contábil mensal, assim como Extrato Bancário da conta corrente e aplicação financeira dos recursos recebidos;



3

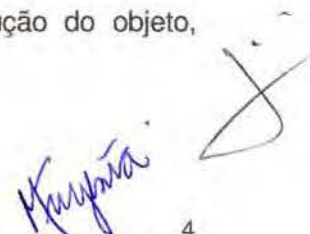
Processo Administrativo nº 2008-0.281.699-8

- II. O relatório de Prestação de Contas deverá ser entregue a CONVENIENTE até o último dia útil de cada mês subsequente ao mês de referência;
- III. No ato da prestação de contas deverão ser entregues cópias das guias de recolhimento do INSS, FGTS, PIS e IR dos funcionários contratados em regime CLT para a execução deste Convênio;
- IV. Na hipótese de reformas de natureza física ou estrutural das instalações, a CONVENIADA deverá submeter a CONVENIENTE o respectivo projeto com orçamento para a prévia análise dos Órgãos Técnicos desta última.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DE SMS

A SMS obriga-se a:

- I. Manter a **CONVENIADA**, perfeitamente informadas sobre a política municipal de saúde, sempre segundo os princípios do Sistema Único de Saúde;
- II. Garantir os recursos financeiros para execução do objeto deste convênio, fazendo o repasse mensal referido na cláusula quarta conforme Plano de Trabalho que é parte integrante do presente;
- III. Reembolsar despesas administrativas da **CONVENIADA** conforme Plano de Trabalho aprovado pela **SMS**, mediante relatório mensal circunstanciado, desde que compatíveis e proporcionais ao objeto do presente Convênio;
- IV. Criar, no âmbito de sua competência e nos limites da conveniência e da oportunidade administrativas, as condições para a consecução dos objetivos comuns;
- V. Incentivar o desenvolvimento de atividades de treinamento, capacitação e reciclagem dos recursos humanos voltados ao desempenho de atividades correlatas ao Programa Terapêutico na modalidade de residências terapêuticas;
- VI. Acompanhar, supervisionar, orientar e fiscalizar a execução deste convênio;
- VII. Avaliar o desempenho técnico da **CONVENIADA** no que concerne aos objetivos deste convênio;
- VIII. Os eventuais acréscimos de despesas, decorrentes diretamente de demora nos repasses mensais, serão reembolsados pela **SMS** no mês subsequente ao de referência, mediante apresentação pela **CONVENIADA** de relatório circunstanciado;
- IX. Permitir o uso dos bens imóveis e móveis necessários à consecução do objeto, mediante prévio inventário físico..



CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIADA

A **CONVENIADA** obriga-se a:

- I. Responsabilizar-se pela estrutura de recursos humanos utilizados na execução deste convênio, inclusive pela organização, fiscalização e pelo pagamento de todo o pessoal (técnico e de apoio) necessário ao bom desenvolvimento das ações previstas no plano de trabalho;
- II. Utilizar, para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos, observando as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;
- III. Contratar serviços de terceiros, sempre que necessário e com anuência da **CONVENIENTE**, responsabilizando-se pelos encargos daí decorrentes;
- IV. Realizar processo aberto de seleção de fornecedores, preferencialmente pelo critério de menor preço ou justificadamente, pelo critério de técnica e preço;
- V. Zelar pelos eventuais bens móveis e imóveis cujo uso lhe tenha sido permitido, responsabilizando-se pelos serviços de manutenção e conservação;
- VI. Aplicar os recursos financeiros repassados exclusivamente nas ações pactuadas neste convênio;
- VII. Manter de maneira contínua processos de manutenção e reparação das instalações de forma a retardar/inibir processos de depreciação acelerada;
- VIII. Entregar mensalmente o Relatório de Prestação de Contas, definido na cláusula quarta;
- IX. Observar o Regimento de Compras aprovado pela **CONVENIENTE** na utilização de recursos repassados no âmbito do presente convênio para a aquisição de materiais permanentes, contratação de serviços e obras de engenharia;
- X. Incorporar ao patrimônio da Municipalidade de São Paulo os bens adquiridos com recursos provenientes do presente convênio, entregando todos os documentos necessários ao processo de incorporação de bens patrimoniais, nas respectivas Coordenadorias Regionais de Saúde, com posterior encaminhamento à SMS – G, conforme disposto nas normas em vigor editadas pela Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico do Município de São Paulo.
- XI. Executar as ações necessárias à consecução do objeto deste convênio, de acordo com as políticas e metas estabelecidas pela **SMS**, e segundo os planos de metas e de trabalho consubstanciados no anexo I;
- XII. Manter em perfeitas condições de uso os equipamentos e os instrumentais necessários à realização dos serviços previstos no Anexo I;



Processo Administrativo nº 2008-0.281.699-8

- XIII. Atender a população com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário, esclarecendo-a sobre seus direitos;
- XIV. Comunicar de imediata a **CONVENENTE** a ocorrência de qualquer fato relevante para a execução do presente convênio;
- XV. Utilizar o Sistema de Informação Ambulatorial para registro das informações dos serviços prestados, obedecendo aos prazos, fluxos e rotinas de entrega do Boletim de Produção ambulatorial a **CONVENENTE**;
- XVI. Responsabilizar-se perante pacientes, **CONVENENTE** ou terceiros pela indenização de danos materiais ou pessoais decorrentes de ação ou omissão, negligência, imperícia ou imprudência decorrente de atos ilícitos praticados por seus empregados, desde que este decorra de forma unilateral;
- XVII. Responsabilizar-se pela orientação técnico-científica adotada na prestação dos serviços na unidade dentro dos parâmetros traçados pela **CONVENENTE**;
- XVIII. As pesquisas de saúde individual ou coletiva só poderão realizar-se nas dependências das Unidades com expressa autorização da SMS e aprovação do Comitê de Ética em pesquisa;
- XIX. Não será permitido utilizar nem que terceiros utilizem, o paciente para fins de experimentação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS EQUIPAMENTOS

Os equipamentos, instrumentos ou quaisquer outros bens permanentes que porventura venham a ser adquirido com recursos provenientes deste Convênio, deverão ser incorporados ao patrimônio da Prefeitura do Município de São Paulo, hipóteses em que a **CONVENIADA** deverá entregar à **SMS** a documentação necessária ao processo de incorporação de bens patrimoniais, conforme disposto na Portaria nº. 56/2002, da Secretaria das Finanças e Desenvolvimento Econômico.

CLÁUSULA OITAVA – DA REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

A **CONVENIADA** apresentou, nesta data, certidões de regularidade perante a Previdência Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, comprometendo a manter sua regularidade durante o prazo de vigência deste convênio.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ONERADA

A execução do presente Convênio onerará as dotações orçamentárias a seguir expostas, conforme descrito no Plano de Trabalho (Planilha Financeiro-orçamentária) acostado ao



Processo Administrativo nº 2008-0.281.699-8

presente: Dotações Orçamentárias: 1810.10.302.0322.4.103.33.90.39.00
1810.10.302.0322.4.103.44.50.52.00 1810.10.302.0323.3.101.44.50.51.00 – notas de empenho
nºs. 83298, 83302, 83305 – nos valores de R\$1.058.472,36, R\$200.000,00 e
R\$100.000,0074754, respectivamente.

§1º - Os recursos, que serão transferidos até o ultimo dia útil dos meses previstos no Cronograma de Desembolso, pela **CONVENENTE** à **CONVENIADA**, serão mantidos por esta última em conta especialmente aberta para a movimentação dos valores decorrentes da execução do presente convênio, em banco oficial a ser determinado pela SMS, e os respectivos saldos, cuja previsão de uso seja igual ou superior a um mês, serão obrigatoriamente aplicados, conforme previsto no art. 116, § 4º, da Lei Federal nº 8.666, de 1993.

§2º - Todo saldo de recursos transferidos à **CONVENIADA** de acordo com os procedimentos anteriormente descritos que, ao término deste convênio ou das atividades compreendidas no mesmo, não tenha sido comprometido pela **CONVENIADA**, para sua execução, será devolvido à Prefeitura do Município de São Paulo.

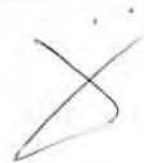
CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

O presente convênio tem início na data de sua assinatura, até **31.12.2008**, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, de duração igual ou inferior ao prazo inicial.

§ 1º - Qualquer uma das partícipes, ao longo da vigência do presente convênio, poderá denunciá-lo mediante notificação prévia de 90 dias.

§ 2º - Na hipótese de extinção do presente convênio, seja por natural advento do termo final do prazo ajustado, seja por denúncia de uma das partícipes, a **CONVENIADA** obriga-se a repassar à **CONVENENTE** todas as informações de que disponha sobre o objeto deste ajuste, encerrando nessa data o balanço financeiro.

§ 3º - Em caso de denúncia por **SMS**, que não decorra de comprovada má gestão, culpa ou dolo da **CONVENIADA**, esta fará jus ao montante equivalente aos custos relativos à execução das ações pactuadas no Plano de Trabalho deste convênio.



Processo Administrativo nº 2008-0.281.699-8

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E DO FORO

Aplica-se ao presente convênio, no que couberem, as normas da Lei Federal nº. 8.666/93, ficando eleito o foro de São Paulo para dirimir dúvidas decorrentes deste ajuste.

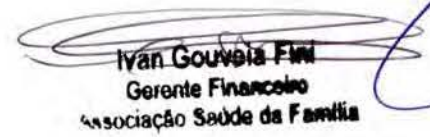
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

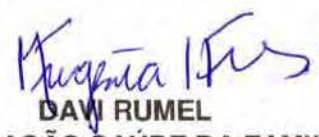
O extrato do presente convênio será publicado no Diário Oficial da Cidade, no prazo máximo de 20 dias, contados da assinatura de sua assinatura.

E por estarem de comum acordo, as partícipes assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, 01 de outubro de 2008.


**AILTON DE LIMA RIBEIRO
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
CONVENENTE**


**Ivan Gouveia Faria
Gerente Financeiro
Associação Saúde da Família**


**DAWI RUMEL
ASSOCIAÇÃO SAÚDE DA FAMÍLIA
CONVENIADA**


**MARIA EUGÊNIA LEMOS FERNANDES
Coordenadora Geral
Associação Saúde da Família**

TESTEMUNHA:

Nome: _____

RG.: _____

TESTEMUNHA:

Nome: _____

RG.: _____